

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.663.370 - CE (2020/0034039-5)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : MUNICIPIO DE IPU**  
**ADVOGADOS : RAIMUNDO AUGUSTO FERNANDES NETO - CE006615**  
**ESIO RIOS LOUSADA NETO - CE018190**  
**AGRAVADO : ANTÔNIO ALVES PAULINO - ME**  
**ADVOGADO : MARLÚCIA FERNANDES MARTINS - CE016670**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por MUNICIPIO DE IPU, contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a" da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim resumido:

DIREITO PROCESSUAL CIVIL APELAÇÃO CÍVEL E  
REMESSA NECESSÁRIA EMBARGOS À EXECUÇÃO TÍTULO  
EXECUTIVO JUDICIAL CONDENAÇÃO DA FAZENDA PÚBLICA  
EM QUANTIA CERTA TRÂMITE SEGUNDO O RITO DO ART 730  
DO CPC/1973 AUSÊNCIA DE NULIDADE APELO E REEXAME  
CONHECIDOS E DESPROVIDOS

Quanto à controvérsia dos autos, pela alínea "a" do permissivo constitucional, alega violação do art. 730 do CPC/73 (art. 910 do CPC/2015), no que concerne à ocorrência de nulidade na execução, uma vez que não se cumpriu os requisitos necessários para a execução de sentença contra a Fazenda Pública, trazendo os seguintes argumentos:

Pois bem, em que pese o acórdão aduzir que se trata de mero equívoco na nomenclatura posta na petição do exequente, que, por sua vez, não tem o condão de tornar irregular o procedimento executório, porquanto seu requerimento foi baseado no dispositivo legal adequado (art. 730 do CPC), veja que in casu expressamente o exequente, no introito das suas petições (fls. 90 e 102), interpõe "Cumprimento de Sentença", em face do ente público. (fls. 104).

Portanto, ao contrário do apontado pelo acórdão, data vênia, não se trata de mero equívoco na nomenclatura na petição do exequente, mas manifesto pedido de cumprimento de sentença, o que é incabível em face da Fazenda Pública, na forma como dispõe o art. 730 do Código de Processo Civil (artigo 910 do CPC/2015): (fls. 104).

[...] (fls. 104).

Com efeito, verifica-se que o embargado, ora recorrido, não cumpriu

com os requisitos necessários para a execução de sentença contra a Fazenda Pública, ou seja, um processo autônomo, ensejando a citação e oposição. (fls. 104).

[...] (fls. 105).

Desta feita, por tratar-se de execução contra a Fazenda Pública, não há que se falar em cumprimento de sentença, o que, por sua vez, implica na necessidade de um processo autônomo de execução, nos termos do art. 730 do Código de Processo Civil (artigo 910 do CPC/2015), o que não fora observado pelo exequente, restando violado assim os referidos diplomas legais. (fls. 106).

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 283/STF, uma vez que a parte deixou de atacar fundamento autônomo e suficiente para manter o julgado, qual seja:

Como relatado, a controvérsia submetida à apreciação desta e. Corte se restringe em aferir se há vício procedimental insanável na instauração da pretensão executória do embargado, sob a alegação do apelante de que foi violado o rito estabelecido pelo art. 730 do CPC/73 que rege a cobrança de dívidas contra a Fazenda Pública.

[...]

Portanto, as execuções de dívidas ajuizadas contra o Poder Público continuam a ser autônomas, com a necessidade de citação do ente federativo para oposição de embargos, na forma do art. 730 do CPC/73.

Neste contexto, o município executado apresentou embargos arguindo tão somente a nulidade de rito da postulação instaurada pelo credor diante da denominação “cumprimento de sentença” dada na petição inicial (págs. 02/04 - apenso digital), alegando que “a execução deveria ser promovida e seguir o rito estabelecido no art. 730 do CPC, e não sob o rito de cumprimento de sentença” (pág. 60).

Inicialmente, cumpre ressaltar ser aplicável ao caso em análise o Código de Processo Civil de 1973, vez que a propositura da execução pelo credor (30/09/2010 – pág. 02) e a apresentação de embargos à execução pelo município (27/06/2011 – pág. 32) são de datas ocorridas ainda durante sua vigência.

**Cumpra asseverar que o ordenamento jurídico pátrio prestigia o princípio da instrumentalidade das formas e dos atos processuais, sob a concepção de que o processo é meio e não fim em si mesmo. Nessa vertente, não se decreta a invalidade do feito ou de parte dele, sem que haja a inequívoca demonstração de efetivo prejuízo à parte que não deu causa ao vício constatado.**

**Somente se considera nulo e sem efeito o ato processual praticado com inobservância da forma legal prescrita, na hipótese em que for inviável o seu aproveitamento ou quando o mesmo não tiver aptidão de alcançar a sua finalidade.**

[...]

Desse modo, mesmo quando haja expressa cominação de nulidade em razão da inobservância de forma, o juiz não a decretará nem lhe determinará o saneamento do vício ou sua repetição se não constatar

efetivo prejuízo para a parte que não a causou, permanecendo válida a relação processual apesar da mácula.

No caso dos autos, a alegação de invalidade formulada pelo recorrente não merece prosperar, uma vez que o suposto vício indicado decorre tão somente da nomenclatura dada pelo apelado em sua postulação executória, o que não tem o condão de desnaturar o rito específico à espécie, que fora devida e regularmente observado pelo Juízo a quo na condução do processo, com a aplicação do art. 730 do CPC/73, conforme se depreende do teor da decisão de pág. 29, nestes termos:

[...]

Assim, não se constata prejuízo ao direito de defesa da Fazenda Pública demandada na presente querela, eis que o processamento da pretensão executória (págs. 02/04), independentemente da denominação atribuída pela parte credora, foi realizado em autos apartados (pág. 29), com a citação do ente devedor, que oportunamente ofereceu embargos à execução (págs. 32/35), o que ensejou a suspensão do feito executivo, de acordo com os ditames do art. 730 do CPC/73, in verbis:

[...]

Considerando que o magistrado processante determinou a aplicação ao caso do rito estabelecido pelo art. 730 do CPC/1973, **não vislumbro qualquer prejuízo na forma adotada para a execução; sendo, portanto, inviável a decretação da nulidade invocada pelo recorrente, sob pena de incorrer em prestígio exagerado ao formalismo em detrimento aos princípios da instrumentalidade das formas, da economia processual e da duração razoável do processo** (fls. 92/96).

Nesse sentido: “A subsistência de fundamento inatacado apto a manter a conclusão do aresto impugnado impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: ‘É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles’” (AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.317.285/MG, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 19/12/2018).

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt nos EREsp n. 1.698.730/SP, relator Ministro Raul Araújo, Segunda Seção, DJe de 18/12/2018; e AgRg nos EAREsp n. 447.251/SP, relator Ministro João Otávio de Noronha, Corte Especial, DJe de 20/5/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, **majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor já**

# *Superior Tribunal de Justiça*

**arbitrado nas instâncias de origem, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 27 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente